



Ministério da Fazenda
Segundo Conselho de Contribuintes

Processo nº : 10073.000785/2001-18
Recurso nº : 124.629
Acórdão nº : 203-10.236

Recorrente : NESTLÉ BRASIL LTDA.
Recorrida : DRJ em Juiz de Fora - MG

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Segundo Conselho de Contribuintes
Publicado no Diário Oficial da União
De <u>18 / 04 / 06</u>
VISTO

[Assinatura]

2º CC-MF
Fl.

IPI. RESSARCIMENTO. COMPROVAÇÃO. A apresentação de provas é procedimento indispensável para o reconhecimento dos créditos objeto do pedido de ressarcimento.

Recurso negado.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por:
NESTLÉ BRASIL LTDA.

ACORDAM os Membros da Terceira Câmara do Segundo Conselho de Contribuintes, **por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso.**

Sala das Sessões, em 16 de junho de 2005.

[Assinatura]
Antônio Bezerra Neto

Presidente

[Assinatura]
Valdemar Ludvig

Relator

Participaram, ainda, do presente julgamento os Conselheiros Leonardo de Andrade Couto, Maria Teresa Martínez López, Emanuel Carlos Dantas de Assis, Sílvia de Brito Oliveira e Francisco Maurício R. de Albuquerque Silva.

Ausente, justificadamente, o conselheiro Cesar Piantavigna.

Eaal/mdc

MINISTÉRIO DA FAZENDA
2º Conselho de Contribuintes
CONFERE COM O ORIGINAL
Brasília, <u>13 / 09 / 05</u>
<i>[Assinatura]</i>
VISTO



Ministério da Fazenda
Segundo Conselho de Contribuintes

2º CC-MF
Fl.

Processo nº : 10073.000785/2001-18

Recurso nº : 124.629

Acórdão nº : 203-10.236

Recorrente : NESTLÉ BRASIL LTDA.

RELATÓRIO

A interessada solicita ressarcimento do IPI, com base no artigo 11 da Lei nº 9.779/99 e IN-SRF nº 33/99, no valor de R\$ 403.363,16, referente ao primeiro trimestre de 2001, vinculando o referido crédito com compensação formalizada no Processo Administrativo nº 10880.007040/2001-67 (apenso).

De acordo com o relatório fiscal, a contribuinte apesar de intimada, não apresentou os livros contábeis e fiscais, pelo que, a Delegacia da Receita Federal em Volta Redonda – RJ, indeferiu o pedido.

Em sua Manifestação de Inconformidade dirigida à Delegacia da Receita Federal de Julgamento, a interessada esclarece que já durante as diligências fiscais foi o Fisco informado de que os livros fiscais ainda não se encontravam encadernados, o que, em conformidade com a legislação em vigor, não constitui qualquer infração, mesmo porque o prazo limite para a encadernação é até o último dia da entrega da declaração de rendimentos de acordo com a IN-SRF nº 16/84.

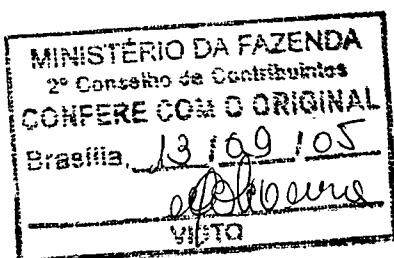
Informa ainda que apesar de o acima registrado colocou todos os livros à disposição da fiscalização, assim como o faz neste momento para a esta unidade de julgamento.

A 3ª Turma de Julgamento da DRJ/Juiz de Fora – MG, assim como já fizera a Unidade Preparadora Local, também indeferiu o pedido.

Inconformada com a decisão supra a contribuinte apresenta tempestivamente, recurso voluntário dirigido a este Colegiado, reiterando suas razões de defesa já apresentadas nas fases anteriores, registrando ainda que a não apresentação dos livros contábeis e fiscais quando solicitados pela fiscalização se deu por motivos alheios a sua vontade, e assim que foi possível colocou a disposição do Fisco todo o material necessário.

Reconhecendo a recorrente, que a verificação fiscal é absolutamente necessária, na medida em que a questão requer a análise de todos os documentos imprescindíveis à validação dos créditos ora postulados, pugna pela nulidade da decisão recorrida, bem como pela conclusão da fase instrutória do processo.

É o relatório.



112



Ministério da Fazenda
Segundo Conselho de Contribuintes

2º CC-MF
Fl.

Processo nº : 10073.000785/2001-18

Recurso nº : 124.629

Acórdão nº : 203-10.236

VOTO DO CONSELHEIRO-RELATOR VALDEMAR LUDVIG

O Recurso é tempestivo e preenche todos os demais requisitos exigidos para sua admissibilidade, estando, portanto, apto a ser conhecido.

A questão que se nos apresenta se refere a pedido de resarcimento de IPI com base no que determina o artigo 11 da Lei nº 9.779/99.

O deferimento do pedido, como a própria recorrente reconhece passa necessariamente pela comprovação material da origem dos créditos pleiteados.

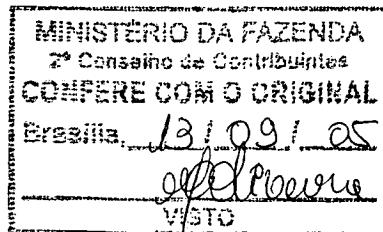
A recorrente apesar de justificar a impossibilidade de apresentar os livros fiscais solicitados pela fiscalização, por ainda não estarem encadernados, também não o fez na fase impugnatória, sem no entanto apresentar justificativas convincentes sobre este fato, somente registrando que os mesmos estariam a disposição da autoridade julgadora.

Nestes termos entendo que a postura assumida pela recorrente vai de encontro ao que determina o artigo 16 do Decreto nº 70.235/72, que dispõe sobre a apresentação de provas, o que impossibilita o deferimento do pedido.

Face ao exposto voto no sentido de negar provimento ao recurso.

Sala das Sessões, em 16 de junho de 2005

VALDEMAR LUDVIG



113